

# A França durante a vigência de Bretton Woods

## *France during the term of Bretton Woods*

*Stefano José Caetano da Silveira<sup>1</sup>*

### **Resumo**

A proposta deste artigo foi apresentar uma análise da situação francesa durante a vigência do Sistema Monetário Internacional de Bretton Woods (1944-1971). Para tanto, efetuou-se uma breve revisão da bibliografia existente sobre o tema, além de uma pesquisa sobre as etapas vividas pelo país ao longo desse período. Com base nesse arcabouço, buscou-se definir as principais posições e oposições da França ao longo da convenção na cidade norte-americana e, principalmente, suas contribuições tanto para que o sistema concebido tenha sido bem-sucedido como para sua posterior derrocada. Assim buscou-se refletir sobre a seguinte questão: a França, conforme ideias propagadas nos Estados Unidos, foi de fato uma das responsáveis pelo fim do Sistema Monetário Internacional de Bretton Woods ou, pelo contrário, foi um de seus sustentáculos.

Palavras-chave: França. Bretton Woods. Estados Unidos. Padrão Ouro. Dólar.

### **Abstract**

The purpose of this article was to present an analysis of the French situation during the Bretton Woods International Monetary System (1944-1971). To this end, a brief review of the existing literature on the subject was carried out, in addition to a survey of the stages experienced by the country throughout this period. Based on this framework, we sought to define the main positions and oppositions of France throughout the convention in the North American city and, mainly, its contributions both to the success of the conceived system and to its subsequent overthrow. Thus, we sought to reflect on the following question: France, according to ideas propagated in the United States, was in fact one of those responsible for the end of the Bretton Woods International Monetary System or, on the contrary, it was one of its mainstays.

Keywords: France. Bretton Woods. U.S. Golden Pattern. Dollar.

**Data de submissão:** 29 de agosto de 2023

**Data de aprovação:** 1º de dezembro de 2023

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia do Desenvolvimento (PPGE-UFRGS). Economista graduado pela UFRGS. Professor universitário. *E-mail:* stefano.caetano@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Ao longo da narrativa histórica, a França, uma nação europeia que faz fronteira com as principais economias do velho continente como Espanha, Alemanha e Itália, ocupou um papel de destaque. Atribuindo como ponto de partida dessa notoriedade o reinado de Luís XIV (1638-1715), denominado “Rei Sol”, cuja ascensão ao trono se deu em 1643, quando contava apenas cinco anos de idade. Durante sua gestão, o regime absolutista atingiu seu auge em solo francês, simbolizado, sobretudo, pela extrema centralização do poder na pessoa do monarca, pela exacerbação das políticas mercantilistas e pela manutenção de “direitos/resquícios” feudais que somente seriam abolidos após a Revolução Francesa (1789). Passando pelo declínio experimentado durante os governos de seus sucessores Luís XV (bisneto) e Luís XVI (tetraneto), até a mudança de paradigma e a inédita expansão territorial vivida pela nação a partir da já citada Revolução Francesa e, sobretudo, após a ascensão de Napoleão Bonaparte (1769-1821)<sup>2</sup> ao posto de imperador do país, todas as decisões de grande monta tomadas internamente acabam por refletir, em maior ou menor grau, no restante do globo<sup>3</sup>.

Sendo assim, ainda que o papel da França durante a elaboração do acordo de Bretton Woods, idealizado pelos países aliados<sup>4</sup>, potenciais vencedores da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) durante a conferência na cidade de mesmo nome no estado norte-americano de New Hampshire, em 1944, não tenha sido de protagonismo, dado a notoriedade exercida pelos anfitriões na figura de Harry Dexter White (1892-1948) e pelos

---

<sup>2</sup> A chamada “Era Napoleônica” iniciou em 10 de dezembro de 1799, quando houve o golpe de Estado que passou a história como “O 18 Brumário” que foi um movimento político que visou garantir a ascensão dos girondinos, representantes da alta burguesia francesa, ao poder. Ao mesmo tempo, conteve os jacobinos e preservou parte dos ideais da Revolução Francesa. Ao ser implantado, “O 18 Brumário” substituiu o sistema denominado Diretório pelo Consulado, contando como cônsules Napoleão Bonaparte, Jean-Jacques-Régis de Cambacérès e Charles-François Lebrun. Tendo como destaque o primeiro, sua autocoroação como imperador se deu em 02 de dezembro de 1804. Assim, a “Era Napoleônica” compreende três fases: o Consulado (1799-1804), o Império (1804-1815) e o Governo de Cem Dias (1815).

<sup>3</sup> Um exemplo disso foi o chamado “Bloqueio Continental” ou “Bloqueio Napoleônico”. Tal medida, imposta pelo imperador Napoleão Bonaparte, em 21 de novembro de 1806, consistiu na proibição ao acesso dos portos dos países sob domínio do Primeiro Império Francês (1804-1814) aos navios britânicos e irlandeses. Por não ter acatado tal medida, a família real portuguesa, capitaneada pelo príncipe regente Dom João VI (1767-1826), arquitetou sua fuga ao Brasil em 1808, fugindo das tropas de Napoleão.

<sup>4</sup> A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) se iniciou como um conflito predominantemente europeu. Somente tomou proporções mundiais quando da entrada da União Soviética e dos Estados Unidos no conflito (junho de 1941, a partir da operação Barbarossa, e dezembro de 1941, pelo ataque à base naval americana de Pearl Harbor, respectivamente) formando dois grandes blocos: o das potências do Eixo formado pela Alemanha, Itália e Japão e o bloco das potências Aliadas formado pela Inglaterra, Estados Unidos, União Soviética e França.

britânicos devido à atuação de John Maynard Keynes (1883-1946), a França, representada pelo ministro da Economia do governo provisório liderado por Charles de Gaulle (1944-1946, durante o governo provisório, e 1959-1969)<sup>5</sup>, Pierre Mendès France (1907-1982), obteve relevância considerada, ainda que entre o início das ações de libertação francesa do domínio nazista – o chamado dia “D”, simbolizado pelo desembarque das tropas aliadas no litoral da Normandia, ao norte do território francês, em 06 de junho de 1944 – e o começo efetivo da conferência tenha transcorrido pouco mais de um mês.

O Sistema Monetário Internacional de Bretton Woods foi concebido devido ao receio das nações aliadas – cuja vitória no conflito bélico àquela altura era apenas uma questão de tempo, conforme já citado – de a economia mundial enfrentar o mesmo quadro de dificuldades experimentado logo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), tendo países como a Áustria, a Alemanha, a Hungria e a Polônia vivenciado cenários hiperinflacionários. A ideia era a criação de regras e compromissos a serem seguidos por todos os participantes do evento. Todavia, devido a entendimentos distintos e conflitantes – principalmente por parte de britânicos e norte-americanos – as discussões, que na prática haviam iniciado em 1942, tiveram de ser aprofundadas. Entre as duas principais propostas apresentadas, pode-se afirmar que, mesmo com significativas diferenças em relação a ambas, em linhas gerais a França demonstrou mais afinidade à do Reino Unido, dado defender uma participação mais ativa do Estado no tocante ao planejamento e à intervenção na economia. Do outro lado, os Estados Unidos eram favoráveis a um papel público mais limitado, o estabelecimento do livre comércio entre as nações, paridades fixas de câmbio que poderiam variar em um intervalo máximo de 1% para mais ou para menos sob a supervisão de uma instituição internacional que poderia vetar qualquer mudança nessa paridade que ultrapassasse o citado percentual, além do reestabelecimento o mais rápido possível do padrão ouro, vigente em vários e distintos momentos da história europeia e norte-americana (EICHENGREEN, 2000; DATHEIN, 2002).

Com a entrada em vigor das medidas acordadas durante a conferência de Bretton Woods em sua plenitude, em 31 de dezembro

---

<sup>5</sup> Após libertação de Paris do domínio das tropas nazistas, Charles de Gaulle assumiu a chefia do Governo Provisório Francês, em 20 de agosto de 1944, permanecendo no cargo até 20 de janeiro de 1946. Em 01 de junho de 1958 tornou-se primeiro-ministro francês, desempenhando tal função até 08 de janeiro de 1959, quando renunciou para assumir como primeiro Presidente da Quinta República, cargo no qual permaneceu até 28 de janeiro 1969. De Gaulle veio a falecer menos de dois anos após deixar o poder, em 09 de novembro de 1970.

**O Sistema Monetário Internacional de Bretton Woods foi concebido devido ao receio das nações aliadas – cuja vitória no conflito bélico àquela altura era apenas uma questão de tempo.**

de 1958, trazendo de volta a plena conversibilidade das contas correntes ao dólar norte-americano e este, por sua vez, ao ouro, a posição de liderança exercida pelos Estados Unidos, que já vinha desagradando alguns líderes mundiais desde o início da conferência, se acirrou. Algumas ações colocadas em prática evidenciaram esse descontentamento, como a decisão do presidente francês Charles de Gaulle (1890-1970), em 1965, de converter parte significativa das reservas em dólar de seu país em ouro. Na visão norte-americana, políticas como essa foram cruciais para o colapso do Sistema Monetário concebido na conferência de Bretton Woods, dado ter abalado a confiança no dólar, principal moeda de sustentação do sistema<sup>6</sup>. Na referida visão, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1960, de Gaulle praticou uma política contrária aos interesses dos Estados Unidos, mesmo que à custa da obtenção de melhores resultados econômicos ao seu país (EICHENGREEN, 2000).

Portanto, a intenção deste artigo é apresentar uma análise da situação francesa durante a vigência do Sistema Monetário Internacional de Bretton Woods (1944-1971), dentro do período que passou a história como “Os Trinta Gloriosos”<sup>7</sup> (PIKETTY, 2014). Abordando suas principais posições e oposições ao longo da convenção na cidade norte-americana de mesmo nome e, principalmente, suas contribuições tanto para que o sistema concebido tenha sido bem-sucedido como para sua posterior derrocada, buscou-se refletir sobre a seguinte questão: a França, conforme ideias propagadas nos Estados Unidos, foi de fato uma das responsáveis pelo fim do acordo de Bretton Woods ou, pelo contrário, foi um de seus sustentáculos.

**A intenção deste artigo é apresentar uma análise da situação francesa durante a vigência do Sistema Monetário Internacional de Bretton Woods (1944-1971), dentro do período que passou a história como “Os Trinta Gloriosos” (PIKETTY, 2014).**

<sup>6</sup> O economista belga Robert Triffin (1911-1993) afirmava que o sistema de Bretton Woods possuía uma falha crucial: a dependência ao dólar. Segundo ele, quando o volume de comércio aumenta, todo sistema de câmbio fixo necessita de um aumento de dinheiro estrangeiro largamente aceito, visando financiar o comércio e os investimentos que também tendem a crescer. Assim, dado a produção futura de ouro, a um preço fixo (no caso, US\$ 35 a onça), não permitir que as necessidades existentes fossem supridas, o Sistema de Bretton Woods reservava ao dólar esse papel. Porém, sendo o déficit da balança de pagamentos norte-americana a única maneira de ofertar dólares para as demais nações, surge o “Dilema de Triffin”. Caso os déficits continuassem, a confiança no dólar e em todo o sistema estaria ameaçada. Por outro lado, se os déficits cessassem, as demais nações signatárias não teriam acesso aos dólares que precisavam para promover o crescimento econômico e de reservas. Entre outras questões, diante desse cenário alguns países como a França decidiram trocar seus dólares por ouro (EICHENGREEN, 2000).

<sup>7</sup> O termo “Trinta Gloriosos” refere-se aos 30 anos que se seguiram após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Esse foi um período de forte crescimento econômico em muitos dos países desenvolvidos, sobretudo as nações componentes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (PIKETTY, 2014).

## 1 OS PLANOS KEYNES E WHITE

O chamado Plano Keynes sugeria a criação de uma Câmara de Compensações Internacionais (ICU, na sigla em inglês), uma espécie de Banco Central dos bancos centrais de cada nação signatária do acordo de Bretton Woods. A ICU centralizaria o sistema de pagamentos desses países e que, graças à abundante quantidade de recursos que possuiria, atuaria para corrigir os problemas apresentados nos balanços de pagamentos das economias sob sua égide, buscando o melhor caminho tanto para credores como para devedores. A ideia era evitar o ajuste automático e deflacionário – sobretudo pelo aumento da taxa básica de juros, na busca pela atração de recursos estrangeiros – pelos países deficitários. Apesar de defender o câmbio fixo, o Plano Keynes previa que as nações pudessem calibrar suas taxas de câmbio, além de impor restrições comerciais buscando o equilíbrio entre o balanço de pagamentos e o pleno emprego (BELLUZO, 1995; EICHENGREEN, 2000).

A proposta britânica previa também a criação de uma moeda escritural (virtual) chamada bancor, que seria conversível em ouro através de uma paridade fixa sujeita a correções. Tal moeda seria usada apenas para transações entre os bancos centrais dos países signatários. O comércio e as demais negociações entre as nações seriam realizados em moedas nacionais, que manteriam paridades fixas com o bancor. O saldo restante do balanço de pagamentos dos países seria zerado e transformado em aumento ou diminuição das cotas dos bancos centrais junto à ICU. Conforme já citado, como o bancor seria uma moeda estrutural, não seria possível entesourá-la. Dessa forma, a insuficiência de liquidez não seria um entrave ao comércio internacional (BELLUZO, 1995; EICHENGREEN, 2000).

Devido às críticas que teceu ao padrão ouro estabelecido em períodos anteriores, como a rigidez da oferta monetária impactando o crescimento econômico, dado a característica intrínseca do metal, Keynes não acreditava no estabelecimento de um padrão monetário global representado por uma moeda nacional ancorada ao ouro. Em sua análise, tal situação tornaria as políticas econômicas dos demais países subservientes à do país emissor da moeda representante da reserva de valor do sistema (sobretudo nesse ponto, Keynes ganhou adesão dos franceses, que pensavam parecido). Por fim, segundo o entendimento da comitiva britânica, o controle sobre os fluxos de capitais internacionais era algo vital para o sucesso do plano, dado a possibilidade de reprimir oscilações cambiais que poderiam trazer desequilíbrio ao Sistema Monetário de Bretton Woods (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994; EICHENGREEN, 2000).

**A proposta britânica previa também a criação de uma moeda escritural (virtual) chamada bancor, que seria conversível em ouro através de uma paridade fixa sujeita a correções.**

As principais diferenças entre os Planos Keynes e White podem ser constatadas pela estabilidade maleável do câmbio no caso do primeiro e pela rigidez defendida pelo último.

O Plano White, por sua vez, defendia a reintrodução do ouro como o instrumento de reserva do sistema. Além disso, em alinhamento ao Plano Keynes, pregava a adoção do câmbio fixo. Porém, com a diferença de que eventuais ajustes das taxas cambiais que superassem o limite de 1% para mais ou para menos somente poderiam ocorrer em situações especiais sob a supervisão de uma instituição internacional<sup>8</sup> e limitados a 10%. Essa instituição internacional, por seu turno, segundo o entendimento norte-americano, faria as vezes da ICU, ficando encarregada da análise e orientação das políticas econômicas praticadas pelas nações que subscreveram o acordo, bem como dos arranjos dos desequilíbrios que os balanços de pagamentos viessem a apresentar. Além disso, em contrariedade ao montante de direito de saque das nações junto à ICU, defendido pelo Plano Keynes na ordem de US\$ 26 bilhões<sup>9</sup>, White propunha um valor bem mais módico, de US\$ 5 bilhões, pois levava em consideração o fato de as nações signatárias não poderem emitir moeda sem prévia autorização da instituição internacional supervisora, impossibilitando assim qualquer ajuste em seus balanços de pagamentos de forma expansiva (EICHENGREEN, 2000).

Os norte-americanos defendiam também que um banco internacional<sup>10</sup> fosse criado, o que expandiria a liquidez internacional e, conseqüentemente, o comércio entre os países subscrevestes, além de facilitar eventuais arranjos nos balanços de pagamentos. Como já referido, as taxas de câmbio poderiam oscilar dentro de um intervalo de 1% para mais ou para menos ou em até 10%, sendo que nesse último caso após a aprovação da instituição internacional supervisora, no caso o FMI (EICHENGREEN, 2000).

As principais diferenças entre os Planos Keynes e White podem ser constatadas pela estabilidade maleável do câmbio no caso do primeiro e pela rigidez defendida pelo último. Além disso, enquanto Keynes entendia como crucial o acompanhamento do sistema internacional de pagamentos, White não dispensava a mesma preocupação. Por fim, enquanto o Plano Keynes pregava um controle rigoroso sobre os fluxos de capital, pois entendia ser tal instrumento vital para o sucesso do sistema monetário gerado em Bretton Woods, o Plano White admitia apenas um controle episódico (EICHENGREEN, 2000).

Conforme já mencionado, ainda que com diferenças consideráveis em relação às duas principais propostas, em linhas gerais a França se mostrou mais alinhada à comitiva britânica durante a conferência, por possuir mais pontos em comum ao seu plano não oficial de 1943.

<sup>8</sup> Esta instituição veio a ser o Fundo Monetário Internacional (FMI), fundada em 1944, durante a convenção em Bretton Woods.

<sup>9</sup> O valor de US\$ 26 bilhões é a soma dos US\$ 23 bilhões de outros países mais os US\$ 3 bilhões de direitos de saque dos Estados Unidos (EICHENGREEN, 2000).

<sup>10</sup> O citado banco foi o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, atualmente conhecido como Banco Mundial), que, a exemplo do FMI, também foi fundado em 1944, durante a convenção em Bretton Woods.

## 2 A FRANÇA DURANTE A CONVENÇÃO E O PERÍODO DE MATURAÇÃO DE BRETTON WOODS (1944-1958)

O fato de os Plano Keynes e White terem se sobressaído em Bretton Woods não significa que outros países presentes na conferência não tenham contribuído. A França apresentou um plano não oficial, concebido em 1943, denominado “Sugestões a respeito das relações monetárias internacionais”, de autoria de Hervé Alphanand (1907-1994) e André Istel (?) (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994).

Segundo o Plano Francês, os países fixariam suas respectivas moedas às moedas das outras nações signatárias do acordo, podendo tais relações somente serem alteradas após consulta às autoridades monetárias do outro membro, ou seja, seria uma negociação envolvendo dois países. Cada subscrevente manteria moeda de outras nações, no intuito de aumentar a liquidez, até o limite previamente aprovado. Como forma de proteção a riscos cambiais, garantias como ouro, letras estrangeiras ou títulos aprovados seriam impostas a sua própria moeda em posse de outros países membros. Além disso, sugeria a criação de um Escritório de Estabilização Monetária, visando facilitar compensações, bem como atuar como um depositário para garantia e consulta internacional (HORSEFIELD, 1969 apud BORDO; SIMARD; WHITE, 1994).

Os franceses entendiam o sistema gestado em Bretton Woods como o marco inicial ao retorno de um padrão ouro internacional, devido à estreita ligação entre o dólar e o ouro que apresentava. Assim, pela proposta francesa, dado o estabelecimento de paridades fixas entre as moedas dos países membros – e, conseqüentemente, com o dólar – o ouro seria alçado à condição de reserva mundial, além de um meio internacional de liquidação, devido à sua natureza de meio de troca neutro no tocante aos países de forma individualizada. O diferencial da proposta é que o padrão ouro, ao contrário do ajuste clássico, seria gerido pelas autoridades monetárias dos países membros que usariam suas taxas de desconto<sup>11</sup> para preservar os equilíbrios interno e externo (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994).

Todavia, alguns entraves surgiram nessa visão. Sendo o ouro o balizador do sistema, seu preço deveria ser necessariamente estável, pois serviria de referência às moedas de cada país membro. Entretanto,

<sup>11</sup> Dado a taxa de desconto determinar a equivalência de um valor futuro no presente, sendo empregada na análise de retorno de investimentos, faz-se necessária sua utilização, pois dois valores somente podem ser de fato comparados caso estejam em um mesmo intervalo de tempo.

Os franceses entendiam o sistema gestado em Bretton Woods como o marco inicial ao retorno de um padrão ouro internacional, devido à estreita ligação entre o dólar e o ouro que apresentava.

uma vez fixado o preço do ouro, sua produção global poderia não atingir as necessidades mundiais. Dessa maneira, liquidez adicional se faria necessária. Porém, caso essa liquidez adicional se apresentasse como moeda de uma nação, ter-se-ia o cenário projetado pelo “Dilema de Triffin”<sup>12</sup>. Nesse particular, os franceses propuseram duas regras para que a estabilidade fosse alcançada (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994).

A primeira determinava que as reservas monetárias de um país deveriam estar obrigatoriamente vinculadas ao ouro em proporções fixas, evitando assim que nações com superávit no balanço de pagamentos estocassem moeda de reserva em grande monta, sem qualquer limite. Já a última explanava que a citada regra de proporções de reservas ao ouro deveria estar submetida a uma ampla supervisão dentre os países signatários. Muitos dos termos expostos no Plano Francês já estavam presentes nas recomendações apresentadas pelo país na Conferência de Gênova em 1922<sup>13</sup> (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994; EICHENGREEN, 2000).

Na comparação entre o documento final redigido em Bretton Woods – onde os anseios norte-americanos foram fartamente contemplados – e a proposta francesa, algumas diferenças podem ser observadas, sendo três delas de especial atenção (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994):

- a) o art. 4º do Sistema Monetário Internacional definiu como numerário o ouro ou dólar norte-americano<sup>14</sup>. Todas as nações subscreventes do acordo tiveram de declarar o montante em suas posses tanto do metal como da moeda de reserva e manter uma paridade entre a moeda local e o dólar, podendo tal paridade variar em um intervalo de 1% para mais ou para menos, conforme já mencionado neste estudo. Diferente disso,

---

<sup>12</sup> Ver nota 3.

<sup>13</sup> A Conferência de Gênova ocorreu na cidade italiana de mesmo nome entre 10 de abril e 19 de maio de 1922, contando com a presença de 34 nações. Proposta pelo Reino Unido, visava encontrar soluções para as principais questões políticas e econômicas que a Europa enfrentava. Nesse contexto, destacava-se a situação da Alemanha e da Rússia, países excluídos da Conferência de Paz de Paris de 1919, onde o Tratado de Versalhes foi costurado. Em Gênova, além dos objetivos já citados, a ideia era reerguer uma Alemanha arrasada e estabelecer uma relação entre as economias capitalistas europeias e a União Soviética, oficialmente fundada em 30 de dezembro de 1922. Todavia, o fato de a Rússia e a Alemanha terem assinado um acordo em separado na cidade de Rapallo, na Itália, em que renunciavam a qualquer reivindicação territorial ou financeira uma da outra, fez com que a Conferência de Gênova atingisse poucos resultados significativos. Todavia, a retomada do padrão ouro por parte das nações europeias foi um deles (MILLS, 2010).

<sup>14</sup> Eichengreen (2000) ressalta a coerência histórica da França, pois desde a já mencionada Conferência de Gênova, o país sempre demonstrou contrariedade à elevação de uma moeda a um *status* especial. Entretanto, isso pode ter ocorrido pelo fato de Paris – ainda que considerada a capital mundial no século XVIII – nunca ter sido um centro financeiro como Londres ou Nova York, o que impôs limites aos ativos denominados em francos e ao uso da moeda francesa como padrão monetário de reserva.

a paridade estabelecida somente poderia ser modificada após concordância do FMI, respeitando um limite máximo de 10%. A diferença para o Plano Francês era que esse último defendia que os ajustes cambiais seriam feitos diretamente entre as nações envolvidas, cabendo às autoridades monetárias desses países o papel de fiscalização;

- b) o art. 7º determinava que os países membros convertessem suas moedas para transações em conta corrente, porém mantendo controle sobre o capital. A discordância francesa estava no fato de as nações subscreventes poderem não declarar suas moedas conversíveis naquele momento, pois o art. 14 permitia um período de transição de três anos para isso, após o estabelecimento do FMI;
- c) por fim, conforme proposto no Plano White, os franceses não entendiam como positivo os países membros poderem sacar recursos junto ao FMI para auxiliar no financiamento de seus desequilíbrios de pagamentos, sobretudo de curto e médio prazos, pois temiam pela estabilidade do sistema.

Outra situação adversa, no tocante à execução do sistema elaborado em Bretton Woods, surgiu quando os Estados Unidos ameaçaram bloquear os repasses do Plano Marshall<sup>15</sup> à Itália e à França caso houvesse participação de partidos comunistas nos governos desses países. A solução encontrada ocorreu de forma endógena. Visando ampliar sua base eleitoral, os partidos de esquerda moderaram suas exigências. Em troca da expansão do *welfare state*, do compromisso com o pleno emprego e com o crescimento, os citados partidos aceitaram a manutenção da propriedade privada (EICHENGREEN, 2000).

Entre a concepção das regras do sistema, em 1944, e sua plena operacionalidade, passaram-se mais de 12 anos. Somente em 31 de dezembro de 1958 é que os países membros, em especial os da Europa Ocidental, tornaram suas moedas conversíveis na balança de transações correntes (mesmo com algumas resistências que duraram até fevereiro de 1961). O Tesouro do Estados Unidos fixou a onça do ouro em 35 dólares, ficando todas as demais moedas ancoradas diretamente ao dólar. O sistema conversível de Bretton Woods, sob o domínio dos Estados Unidos, era um padrão dólar-ouro (EICHENGREEN, 2000).

---

<sup>15</sup> O Plano Marshall foi um programa de ajuda técnica e financeira norte-americano aos países europeus e ao Japão arrasados na Segunda Guerra Mundial, que vigorou entre 1948 e 1952.

### 3 A FRANÇA SOB AS REGRAS DE BRETTON WOODS (1958-1971)

Para que se possa compreender o comportamento adotado pela França a partir do momento que as regras de Bretton Woods passaram a vigorar em sua plenitude, algumas considerações devem ser feitas. Devido aos problemas enfrentados durante a Segunda Guerra Mundial, que passaram inclusive pela ocupação de seu território por tropas nazistas entre 1940 e 1944, e a herança que os citados problemas legaram, a França não teve forças para se contrapor à liderança dos Estados Unidos e do FMI, no tocante à construção dos termos a serem seguidos.

A posição de fragilidade em que se encontrava fez com que a equipe econômica francesa, em janeiro de 1948, promovesse uma desvalorização considerável do franco, ao criar um sistema de taxas múltiplas de câmbio. Essa manobra francesa foi duramente criticada pelo FMI, que bloqueou os recursos do Fundo que caberiam a França até 1952. Bordo, Simard e White (1994) defendem que a retaliação sofrida pode ter contribuído para as atitudes francesas em relação ao FMI nos anos que se sucederam.

Diante do cenário negativo, a França acabou com as múltiplas taxas de câmbio, além de estabelecer um plano de estabilização que fixou a relação entre franco e dólar em 350 por 1 em 1949, que permitiu ao país voltar à estabilidade. Um dos fatores que mais contribuiu para esse sucesso foram os recursos oriundos do Plano Marshall. Todavia, devido a um crescente déficit orçamentário – creditado em grande monta à turbulência na Argélia e a crise no canal de Suez –, logo o crescimento perdeu velocidade, parte considerável de suas reservas foram perdidas, a inflação subiu e o balanço de pagamentos apresentou entraves (EICHENGREEN, 2000).

Assim, em 1958, ao proclamar a Quinta República sob a liderança do então primeiro-ministro Charles de Gaulle – que no ano seguinte se tornaria presidente da nação –, do inspetor geral das finanças Jacques Rueff (1896-1978)<sup>16</sup> e do ministro das Finanças Félix Gaillard (1919-1970), logo substituído por Antoine Pinay (1891-1994), a França promoveu medidas austeras sobre sua economia que envolveram corte de despesas públicas,

---

<sup>16</sup> Em seu artigo de 1961, Rueff viu o protagonismo do dólar como uma ameaça ao sistema monetário mundial. Alinhado ao estudo de Robert Triffin, Rueff destacou como perigoso ao sucesso do sistema o aumento de déficits no balanço de pagamentos norte-americano entre 1951 e 1960, dado não ser obrigatório aos Estados Unidos saldar suas dívidas contraídas no exterior. Assim, defendia a premência do pagamento em ouro de todos os ativos em dólares mantidos nos bancos centrais das nações signatárias por parte do governo norte-americano, algo que segundo ele poderia ser feito aumentando o preço do ouro (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994).

aumento da carga tributária e desvalorização cambial. Tais medidas permitiram ao país crescer, entre 1959 e 1967, em média 5,5% ao ano, a inflação ficar em 4% ao ano e a balança comercial tornar-se superavitária. Esse período passou à história como “Grande Époque” (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994; EICHENGREEN, 2000).

O período entre 1958 e 1971 pode ser separado em três etapas. A primeira, que perdurou até 1964, apresentou, em linhas gerais, uma convivência republicana entre a França e os Estados Unidos. Já a segunda, que se desenrolou até 1968, foi deveras conturbada, com a França promovendo uma cruzada pela reforma do Sistema Monetário Internacional. Porém, em maio de 1968 o governo experimentou alguns reveses em sua jornada pró-reforma. Protestos sociais, que iniciaram com manifestações de estudantes por reformas no setor educacional, tomaram as ruas e logo ganharam adeptos de diversas classes de trabalhadores, sacudindo o país. Além disso, o fim da Gold Pool<sup>17</sup> e a precificação do ouro em dois níveis prejudicaram os planos do governo. Por fim, até 1971, período que compreendeu a morte do general de Gaulle, em 1970, a França se viu enfraquecida e isolada, necessitando auxílio externo para o equilíbrio de seu balanço de pagamentos (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994; EICHENGREEN, 2000).

### 3.1 O ALINHAMENTO FRANCÊS E AS RUSGAS INICIAIS (1958-1964)

Demonstrando alguma preocupação com o resultado da eleição presidencial norte-americana, entre o então vice-presidente republicano Richard Nixon (1913-1994) e o candidato democrata John Kennedy (1917-1963), a França incrementou consideravelmente suas reservas em ouro, sendo maior parte adquirida junto ao Tesouro dos Estados Unidos. Já no ano seguinte surgiu um impasse entre as pretensões francesas, britânicas e norte-americanas, no tocante à expansão de recursos do FMI. A ideia era ofertar mais recursos aos países signatários, visando defender o dólar

---

<sup>17</sup> O Gold Pool foi um acordo firmado em 1º de novembro de 1961 que envolveu os bancos centrais de sete países europeus mais os Estados Unidos visando estabilizar o preço do ouro em dólar. A taxa de 35 dólares por onça de ouro deveria ser mantida através de intervenções no mercado de ouro de Londres. Os bancos centrais venderiam ouro buscando equilibrar seu preço nos picos de mercado, além de comprar o metal no momento de baixa do mercado. Essa metodologia de controle funcional foi exitosa por seis anos, até que o sistema se tornou insustentável. Em novembro de 1967, a desvalorização da libra esterlina acabou gerando especulações e perdas insuportáveis para o Gold Pool. Aliado a isso, as políticas inflacionárias norte-americanas enfraqueceram a confiança no dólar, levando ao fim da Gold Pool em março de 1968 (EICHENGREEN, 2000).

contra especulações. Ao lado da Holanda, a França temia que essa medida inibisse as políticas financeiras disciplinadoras impostas por Bretton Woods, contribuindo para um eventual insucesso do sistema (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994).

Após as advertências francesas e holandesas, o FMI anunciou um endurecimento na concessão de novos valores aos países membros. Todavia, na prática, tais medidas foram mais brandas que o esperado na ótica dessas duas nações. Assim, em setembro de 1962, durante a reunião anual do FMI em Washington, o então ministro francês das Finanças, Valéry Giscard d'Estaing (1926-2020), além de reafirmar a posição de seu país no tocante à concessão de crédito, criticou os países que forneciam as moedas de reserva – sobretudo os Estados Unidos – pelos recorrentes desequilíbrios apresentados em seus balanços de pagamentos, ressaltando a importância de corrigir tal distorção (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994).

Em Paris, em setembro de 1963, falando em nome de seis países membros do Mercado Comum Europeu, Giscard d'Estaing reforçou seu posicionamento, ao declarar que a solução do déficit do balanço de pagamentos norte-americano deveria ser prioritária na comparação com o que chamou de “novas máquinas de pagamentos internacionais”. Um mês depois, durante nova reunião no FMI, voltou a criticar o Sistema Monetário Internacional, elencando três elementos (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994):

- a) falta de mecanismos para a correção dos déficits do balanço de pagamentos;
- b) assimetria entre os países emissores de moedas utilizadas como reservas por outras nações, dado a menor dificuldade dos primeiros em financiar seus déficits;
- c) desigualdade de riscos entre as nações detentoras de ouro em maior quantidade daquelas que não possuíam o metal em grandes proporções, dado a tendência dos últimos de manter reservas em moedas sujeitas à desvalorização.

Novas críticas foram tecidas por Giscard d'Estaing em novembro de 1963, no transcorrer da Assembleia Nacional Francesa, onde afirmou que o padrão ouro é o regime monetário mais rígido por motivos políticos e socioeconômicos, devido à necessidade de estreito controle. Cerca de um ano depois propôs, em nome da França, uma reforma do Sistema Monetário Internacional durante a conferência anual do FMI, em Tóquio. Em suma, tal proposta englobava a permanência do ouro como reserva mundial, a necessidade de liquidez adicional de forma controlada (através da criação

Após as advertências francesas e holandesas, o FMI anunciou um endurecimento na concessão de novos valores aos países membros.

de um novo ativo de reserva baseado na proposta de Edward Bernstein – 1905-1996 –, ex-diretor de pesquisa do FMI, que defendia a formação de um mecanismo de unidade composta ou coletiva de reserva – CRU, na sigla em inglês), além de supervisão internacional buscando a não ocorrência de políticas desestabilizadoras (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994).

A sugestão francesa de criação de um novo ativo de reserva internacional foi rechaçada pela gestão Lyndon Johnson (1964-1969), alinhada ao governo britânico. Esses constantes conflitos levaram a França a acelerar a conversão de suas reservas em dólar em ouro a partir de 1965 (EICHENGREEN, 2000).

### 3.2 O RECRUDESCIMENTO DAS DIVERGÊNCIAS E A RUPTURA FRANCESA (1965-1968)

Em fevereiro de 1965, de Gaulle defendeu o reestabelecimento do padrão ouro nos moldes tradicionais. Para ele, o padrão dólar-ouro já havia cumprido sua função no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. O argumento francês era que as reservas em ouro mundial já não estavam majoritariamente em poder dos Estados Unidos. Naquele momento, as reservas em ouro dos países do Mercado Comum Europeu rivalizavam com a dos norte-americanos. Assim, segundo a análise francesa, a utilização do dólar como reserva internacional mascarava um papel de senhoriagem norte-americana (EICHENGREEN, 2000).

A França pregava que as economias mais fortes, subscreventes de Bretton Woods, somente liquidassem suas dívidas externas através do ouro, ainda que publicamente não defendesse um aumento no preço do metal. Diante dessa aparente dicotomia, Giscard d'Estaing proferiu uma palestra em junho de 1965, onde procurou esmiuçar as propostas francesas para a CRU. Assim como o Plano Francês de 1943, as citadas propostas mantinham uma estreita ligação com aquelas apresentadas durante a Conferência de Gênova de 1922.<sup>18</sup> A ideia era que as referidas economias mais fortes assinassem a conta CRU em proporções idênticas às suas reservas em ouro, ficando as CRUs e o ouro coexistindo em proporções fixas, tirando dos Estados Unidos o posto de criador único da moeda de reserva<sup>19</sup>. Ainda que a proposta francesa tenha sido recebida com simpatia

---

<sup>18</sup> Ver nota 9.

<sup>19</sup> A proposta francesa era do estabelecimento de uma nova liquidez internacional, onde uma cesta de moedas substituiria uma única. Assim, nenhuma nação teria direitos de senhoriagem às custas das demais. Pela proposta, haveria um mecanismo automático de ajuste no balanço de pagamentos,

pela maioria dos presentes, como era de se esperar, o mesmo não se pode dizer dos Estados Unidos (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994).

Apesar da substituição de Giscard d'Estaing por Michel Debré (1912-1996) como ministro das Finanças, o conflito entre França e Estados Unidos sobre o retorno ao padrão ouro ou a elevação do preço do metal persistiu. Em julho de 1966, a França ganhou apoio das principais nações industrializadas europeias, o chamado G10, no tocante à descentralização das decisões até então tomadas de forma quase que exclusiva pelo FMI (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994; EICHENGREEN, 2000).

Buscando uma solução salomônica ao crescente conflito de ideias, o então subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, Frederick Deming (1912-2003), propôs a criação de uma reserva de valor não relacionada ao ouro, visando aumentar a liquidez global. A isso vinculava um crescimento dos valores a serem sacados do FMI pelos países membros. Por sua vez, a contraproposta francesa manteve a defesa do padrão ouro ao mesmo tempo em que admitiu deixar de lado a conta CRU. Todavia, a abertura de diálogo – a despeito de suas posições voláteis, sobretudo sobre a elevação do preço do ouro – não impediu a França de continuar a conversão de seus ativos em dólares em metal (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994).

Entre o início de 1967 e meados de 1968, o desconforto francês a respeito da privilegiada posição dos Estados Unidos no tocante ao veto à criação de uma nova unidade de reserva internacional persistiu. Dado a atenção norte-americana ao citado desconforto francês por diversos momentos ter aumentado e diminuído, a defesa francesa do retorno ao padrão ouro clássico, bem como ao aumento do preço do metal, subia e descia em proporções semelhantes. Se não diretamente – pois a libra foi desvalorizada no final de 1967 –, o impasse instaurado contribuiu com a crescente escassez mundial de ouro, observada nesse período, devido ao aumento da demanda pelo metal, culminando na elevação da inflação norte-americana. Todavia, o enfraquecimento da posição dos Estados Unidos logo contagiou outros países do G10, remetendo à já mencionada extinção da Gold Pool<sup>20</sup>. A alavancagem presente no sistema dólar-ouro cessou a partir desse momento, sepultando de fato a sistemática até então empregada (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994; EICHENGREEN, 2000).

---

inibindo eventuais problemas causados quando um só país detém a moeda de reserva e utiliza emissão de moeda adicional para cobrir eventuais déficits no balanço de pagamentos (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994).

<sup>20</sup> Ver nota 3.

Diante desse cenário de mudanças, em 1968 os Estados Unidos implantaram medidas visando impedir a saída de dólares. Essas medidas englobaram restrições aos investimentos externos, bem como à concessão de empréstimos estrangeiros por parte de bancos norte-americanos. A última medida foi de especial importância para a supranacionalização dos bancos daquele país, que assim evitavam os controles internos de divisas. Além disso, foi assinado o chamado Acordo Duplo, onde os governos se comprometiam a não intervir no mercado livre buscando estabilizar o ouro. Por fim, foram disponibilizados os Direitos Especiais de Saque (DES), que representavam, na prática, uma nova unidade de reserva no âmbito do FMI. Todas essas medidas remeteram a um alívio da pressão sobre o dólar (DATHEIN, 2002).

Frente a essa nova realidade, a situação francesa mudou. Ainda que a conversão de seus dólares em ouro tenha sido constante durante esse período, a ameaça de trocar todas suas posições em moeda norte-americana por metal, não mais poderia ser utilizada de forma viável. Isso se deu devido à proposta de substituição do padrão dólar-ouro para um padrão de câmbio de múltiplas moedas não mais fazer sentido, dado o sistema ter adotado um padrão puro do dólar. Em meados de 1968, aliado aos já citados cenários de turbulência sociopolítica interna e enfraquecimento do G10, simbolizada pela extinção da Gold Pool, a França se encontrava isolada e impotente frente ao Sistema Monetário Internacional, vivenciando uma condição de quase coadjuvante no sistema financeiro global (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994).

### 3.3 O ISOLAMENTO FRANCÊS E O FIM DE BRETTON WOODS (1968-1971)

A política do governo de Gaulle, sobretudo a partir de 1965, impôs a França uma condição secundária no tocante à Bretton Woods no final da década de 1960. Assim, o país da Torre Eiffel, seja por opção ou debilidade, nada fez para evitar o colapso do sistema gestado nos anos 1940.

Segundo Eichengreen (2016), existem três condições para que um Sistema Monetário Internacional seja bem-sucedido:

- a) algum grau de liberdade para a realização de mudanças na taxa de câmbio, permitindo ajustes de preços relativos necessários;
- b) regras monetárias robustas, visando ganhos de credibilidade às taxas vigentes em situações de normalidade ou anormalidade que não sejam crônicas;

- c) adoção de mecanismos capazes de conter pressões de mercado em momentos de incerteza. Além disso, controles de capital e auxílio externo são opções que podem ser empregadas.

Desta forma, Eichengreen (2000) imputou o colapso de Bretton Woods ao fato de as condições acima descritas não terem sido observadas, aliado ao recrudescimento do envolvimento norte-americano na Guerra do Vietnã (1959-1975)<sup>21</sup>, no final da década de 1960, e a crise da libra em 1967. O cenário descrito redundou no aumento do protecionismo por parte de diversas nações signatárias, ocasionando perda de robustez das regras monetárias, comprometendo o sucesso da segunda condição. Já os conflitos descritos neste estudo, entre os governos francês e norte-americano em função da condição privilegiada do segundo de emissão da moeda internacional, contribuíram consideravelmente para as dificuldades de êxito da terceira condição.

Sendo assim, o Sistema de Bretton Woods não acabou devido às distorções descritas no “Dilema de Triffin”<sup>22</sup>, mas sim pela premência do ajuste da moeda norte-americana frente à reorganização da economia daquele país em relação à sua competitividade, abalada devido ao reequilíbrio de várias economias europeias e japonesa. Todavia, como a referida reorganização da economia dos Estados Unidos passava necessariamente por uma desvalorização do dólar, visando ganhos comerciais, podendo ocasionar uma corrida ao ouro, sua condição de reserva de valor do sistema fazia com que esta opção fosse refutada pelas autoridades governamentais daquele país. Este paradoxo foi nomeado pela história como “Dilema de Nixon”, em alusão ao “Dilema de Triffin” (EICHENGREEN, 2000).

Com a necessidade de disponibilizar mais recursos devido ao seu esforço de guerra no Vietnã, aliado à maior demanda de ouro por parte de algumas nações europeias, o presidente Richard Nixon (1969-1974) executou algumas ações paliativas entre 1971 e 1974. Tais ações passaram pela suspensão da conversibilidade de dólares em ouro, pela sobretaxa de 10% sobre as importações para que os produtos norte-americanos não ficassem em desvantagem dado à esperada flutuação cambial das nações

---

<sup>21</sup> O presidente Johnson decidiu enfrentar o crescimento dos gastos fiscais causados pelo conflito na Ásia elevando a taxa de crescimento monetário. Tal escolha, em detrimento ao aumento da carga tributária, se deu devido à resistência interna ao envolvimento norte-americano no conflito, além do custo político que os impostos mais altos poderiam causar nas eleições presidenciais de 1968 (BORDO; SIMARD; WHITE, 1994).

<sup>22</sup> Ver nota 3.

subscritores do acordo, pelo congelamento de preços e salários para conter a inflação (algo que não ocorria desde o final da Segunda Guerra Mundial) e pela ampliação das bandas de flutuação de 1% para 2,25%. As medidas descritas passaram a história como “Choque Nixon”. Mesmo sendo considerado um sucesso político, garantindo-lhe a reeleição, apesar da sombra de Watergate<sup>23</sup>, não logrou o mesmo êxito no campo econômico, legando à década de 1970 um cenário de estagflação. Dessa forma, não vendo outra saída senão abandonar a conversibilidade dólar-ouro, Nixon assim o fez, agregando à moeda norte-americana a condição fiduciária. Tal medida, foi a “pá de cal” no Sistema Monetário Internacional de Bretton Woods (EICHENGREEN, 2000).

O cenário acima descreve a mudança da condição francesa ao longo da vigência do Acordo de Bretton Woods. Mesmo nunca tendo exercido um papel de protagonismo durante sua elaboração e execução – ainda que tenha vivenciado alguns momentos de embate mais acalorado com outras nações, esse posto ficou reservado aos Estados Unidos e ao Reino Unido – é notória sua transformação de sustentáculo do Acordo, ilustrado pelas diversas sugestões e discussões no tocante às regras constates no documento, a uma condição de quase oposição a ele, comprovadas pelas acusações de privilégio à posição norte-americana no cenário financeiro global. Todavia, mesmo com a redução de suas reservas em dólar trocadas por ouro na década de 1960, que jogaram contra o sistema vigente, não parece correto atribuir à França a condição de responsável principal pelo colapso de Bretton Woods.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante o período em que o Sistema Monetário Internacional elaborado em Bretton Woods funcionou em sua plenitude, entre 1958 e 1971, a situação francesa pode ser dividida em três fases. A primeira, compreendida entre 1958 e 1964, se caracterizou por uma relação, de forma geral, razoável entre França e Estados Unidos. A segunda, que se estendeu de 1964 até 1968, mesmo que conflituosa em questões internas e externas, demonstrou um papel ativo francês em temas referentes à

---

<sup>23</sup> O caso Watergate recebeu esse nome, pois ocorreu no edifício de mesmo nome, onde, em 1972, funcionava a sede do Partido Democrata em Washington. O incidente aconteceu quando um pequeno grupo invadiu o imóvel no que parecia, em um primeiro momento, tratar-se de um assalto. Porém, com o desenrolar das investigações, descobriu-se o envolvimento da Casa Branca no caso, o que acabou culminando na renúncia do então presidente Richard Nixon.

reforma do Sistema Monetário Internacional, revelando um clima de conflito com os norte-americanos. Já a última, que encerrou em 1971, retratou uma França enfraquecida e isolada com problemas até para fechar seu balanço de pagamentos.

Uma das grandes dicotomias oriundas de Bretton Woods foi o fato de os Estados Unidos controlar a taxa de crescimento monetário enquanto a França vivia o dilema entre a alocação de suas reservas entre dólar e ouro, dependendo dos retornos relativos esperados. Enquanto o retorno sobre as reservas em dólar dependia da taxa de juros vigente, o retorno sobre as reservas em ouro estava associado ao ganho de bem-estar ensejado. Todavia, o citado ganho de bem-estar oriundo da conversão de dólar em ouro estava vinculado ao abandono, por parte dos Estados Unidos, de seu compromisso de fixar o preço do ouro em dólar (no caso, US\$ 35 a onça de ouro), dado um incremento na demanda global pelo metal. A situação acima descrita, de defesa do aumento no preço do ouro, aliada à obtenção de um superávit em seu balanço de pagamentos, faria a França se beneficiar do ganho de capital sobre suas reservas em ouro.

Contudo, como os Estados Unidos optaram por incrementar a taxa de crescimento de sua moeda, a resposta francesa veio na aceleração da conversão de suas reservas em dólar em ouro. Esse quadro remeteu a uma fase bastante conflituosa nas relações monetárias internacionais franco-americanas. Os franceses acreditavam que a decisão de converter suas reservas em dólar em ouro iria prejudicar a posição de liderança dos Estados Unidos no Sistema Monetário Internacional, reduzindo consideravelmente suas reservas em ouro e, finalmente, levando-os a concordar com uma revisão do sistema vigente. Isso, porém, não ocorreu. A revisão do sistema se deu pela impossibilidade de os Estados Unidos continuarem a fornecer liquidez internacional às custas de recorrentes déficits em seu balanço de pagamentos com o fim da Gold Pool em 1968<sup>24</sup>.

Em relação às posturas adotadas, a visão predominante nos Estados Unidos é que a política monetária internacional francesa, sobretudo a partir de 1965, não passou de um instrumento utilizado para que o presidente de Gaulle alcançasse seus objetivos políticos, sendo essa uma das causas da extinção do Sistema Monetário Internacional de Bretton Woods. Contudo, Bordo, Simard e White (1994), em oposição a essa visão, argumentam que a postura francesa esteve enraizada em arranjos monetários oriundos do

---

<sup>24</sup> Ver nota 3.

período entre guerras, com destaque a já citada Conferência de Gênova<sup>25</sup>, sendo consistente durante os anos 1960.

Opondo-se ao padrão dólar-ouro presente no sistema de Bretton Woods, sobretudo a partir de 1959, a França defendia uma maior integração entre a Europa e os Estados Unidos, proporcionando a todos um balanço de pagamentos mais equitativo. A política monetária internacional da França foi conduzida buscando pressionar os Estados Unidos a passar do equilíbrio assimétrico para um equilíbrio cooperativo simétrico. Para Bordo, Simard e White (1994), a política francesa pregava uma posição constante e economicamente racional dentro do Sistema Monetário Internacional, fazendo com que a visão difundida pelos norte-americanos não encontre amparo nos fatos.

---

<sup>25</sup> Ver nota 9.

## REFERÊNCIAS

BELLUZO, L. G. M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e Sociedade**, Campinas, p. 11-20, jun. 1995.

BORDO, M. D.; SIMARD, D.; WHITE, E. N. France and the Breakdown of the Bretton Woods International Monetary System. **IMF Working Paper**, n. 94/128, 1994. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=883871>. Acesso em: 21 maio 2021.

DATHEIN, R. De Bretton Woods à globalização financeira: evolução, crise e perspectivas do Sistema Monetário Internacional. **Anais do Encontro Nacional de Economia Política**, maio 2002. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD05\\_2003\\_dathein.pdf](https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD05_2003_dathein.pdf). Acesso em: 16 maio 2021.

EICHENGREEN, B. História e reforma do Sistema Monetário Internacional. **Economia e Sociedade**, v. 4, n. 1, p. 53-78, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643208>. Acesso em: 05 ago. 2021.

EICHENGREEN, B. **A globalização do capital**: uma história do Sistema Monetário Internacional. São Paulo: 34, 2000.

MILLS, J. S. **The Genoa conference**. London: BibliLife, 2010. p. 25-29.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Trad. Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.